



Estatísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária de Governo: Brasil 2020

ISBN 978-65-87201-95-5
© IBGE, 2021

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em parceria com a Secretaria do Tesouro Nacional e o Banco Central do Brasil, apresenta a oitava edição da publicação *Estatísticas de finanças públicas e conta intermediária de governo*¹, com resultados para o setor institucional governo geral, composto pelo governo central, Estados e Municípios. Esta edição mantém a sistemática adotada a partir de 2019, quando os resultados publicados passaram a ter como referência o ano imediatamente anterior ao da divulgação. Neste volume, são disponibilizados os resultados de 2020.

As estatísticas ora divulgadas mantêm o propósito de promover o intercâmbio e o compartilhamento de informações contábeis e fiscais entre as bases de dados da Secretaria do Tesouro Nacional, do Banco Central do Brasil e do IBGE para fins de aprimoramento das contas do setor governo. Este estudo é realizado por meio da harmonização de classificações, conceitos e procedimentos e da definição de parâmetros para produção, manutenção e utilização harmonizada e integrada das fontes de dados, visando não só à compatibilização conceitual de tais fontes, como à racionalização da aplicação de recursos públicos na geração e manutenção das referidas bases de dados.

O objetivo principal deste estudo é o de fornecer uma visão geral do vínculo entre as Estatísticas de Finanças Públicas, elaboradas de acordo com o *Government finance statistics manual 2014*, GFSM 2014, publicado pelo Fundo Monetário Internacional - FMI (International Monetary Fund - IMF), e a Conta Intermediária de Governo, que segue as recomendações do manual *System of national accounts 2008*, SNA 2008, das Nações Unidas (United Nations), destacando as similaridades e as diferenças entre os dois sistemas estatísticos. Simultaneamente, o estudo propicia também uma visão intermediária das contas do setor institucional governo geral, que compõe o Sistema de Contas Nacionais - SCN, divulgado anualmente pelo IBGE.

Este estudo mantém a estrutura analítica das edições anteriores, assim como os seus referenciais metodológicos e de fontes, cujas informações estão expressas nas **Notas técnicas**. Ao longo das edições, diversos aprimoramentos metodológicos foram sendo incorporados ao estudo. Desde a última publicação, referente ao exercício de 2019, as bases passaram a incorporar dados da Matriz de Saldos Contábeis - MSC, da Secretaria do Tesouro Nacional, tanto para a esfera estadual como municipal, que permitem maior detalhamento das contas de receita e despesa dessas esferas de governo. De forma complementar, informações dos portais de transparência desses entes também foram utilizadas.

Em 2020, foram realizadas alterações no Demonstrativo de Operações das Estatísticas de Finanças Públicas, o qual apresenta detalhes das transações de receita e gasto, bem como o investimento líquido em ativos não financeiros. Na estrutura anterior o conceito de despesa era atribuído ao que, agora, denomina-se gasto. A mudança de nomenclatura foi introduzida a fim de transmitir de maneira mais clara os conceitos do marco metodológico do GFSM 2014. Esta alteração visa evidenciar a diferença entre as transações que resultam em uma diminuição do patrimônio líquido e aquelas que não o modificam, enquanto as transações que não alteram o patrimônio líquido compõem o investimento. As despesas passam, portanto, a serem entendidas como a soma dos gastos e do investimento líquido. Adicionalmente, foi realizado um ajuste na metodologia de consolidação. A discrepância entre o total de receitas e despesas intergovernamentais passou a ser considerada no total das três esferas².

Cabe destacar que os resultados apresentados neste estudo não substituem e nem se confundem com outras estatísticas relacionadas às finanças públicas, como o Resultado do Tesouro Nacional, divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional, e as estatísticas fiscais divulgadas pelo Banco Central do Brasil, os quais observam aspectos metodológicos específicos.

¹ Por decisão editorial, a partir do ano de referência de 2018, a publicação passou a ser divulgada em duas partes: a primeira corresponde a este informativo, que destaca os principais resultados do estudo/pesquisa, e a segunda é constituída por Notas técnicas, entre outros elementos textuais, apresentando considerações de natureza metodológica sobre o estudo/pesquisa. Outras informações sobre o estudo encontram-se disponíveis no portal do IBGE na Internet no endereço: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/financas-publicas/9083-estatisticas-de-financas-publicas-e-conta-intermediaria-de-governo.html?edicao=29209&t=o-que-e>.

² Para informações mais detalhadas sobre o tema, consultar o documento Notas técnicas que acompanha o presente informativo, disponível apenas em meio digital (formato pdf) no portal do IBGE na Internet.

Principais resultados

Os resultados das finanças públicas, em 2020, sofreram influência dos impactos da crise provocada pela pandemia da COVID-19 e das medidas adotadas pelos governos para seu enfrentamento. A necessidade de financiamento líquida do governo geral registrada nas Estatísticas de Finanças Públicas reverteu a trajetória de queda observada até ao ano anterior, chegando ao valor de R\$ 903,0 bilhões. Esse resultado reflete, principalmente, uma variação de -6,5% da receita total frente a um crescimento de 9,3% dos gastos computados nos três níveis de governo em comparação a 2019.

O comportamento da receita se deve, em grande parte, aos efeitos compostos da queda de 1,8% das receitas de impostos e o decréscimo de 29,7% das outras receitas. No caso dos impostos, as principais variações negativas se concentraram nos impostos mais diretamente rela-

cionados à atividade econômica, como os impostos sobre bens e serviços, com queda de 2,8%, os impostos sobre renda, lucros e ganhos de capital (-1,7%) e as contribuições sociais (-1,5%). Em contraposição, os impostos sobre o comércio e transações internacionais (6,5%) e sobre a propriedade (3,3%), compensaram parcialmente as quedas das demais categorias. No caso dos impostos sobre o comércio e transações internacionais, a elevação se relaciona à desvalorização da taxa de câmbio média do período (cerca de 30,8%), não obstante a redução no valor em dólar das importações.

Dentre os impostos sobre bens e serviços, destaca-se o efeito negativo dos impostos sobre transações financeiras e de capital, com queda de 46,4%, resultado explicado, em grande parte, pela instituição da alíquota zero do Imposto sobre Operações Financeiras - IOF para as operações de crédito entre 03.04.2020 e 26.11.2020 e entre 15.12.2020 e 31.12.2020, como parte das medidas de enfrentamento da crise.

Demonstrativo de finanças públicas (milhões R\$)

Demonstrativo de Operações - Governo Geral		Valores correntes (1 000 000 R\$) (em 31.12)				
		Governo Central	Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de Consolidação	Governo Geral
1	Receita	1 956 273	965 771	752 850	(-) 788 472	2 886 422
1.1	Impostos	967 894	602 213	146 430	0	1 716 537
1.2	Contribuições sociais	675 389	82 883	40 853	0	799 126
1.3	Transferências / Doações	680	228 476	528 289	(-) 757 265	180
1.4	Outras receitas	312 309	52 199	37 278	(-) 31 207	370 580
1.4.1	Juros	147 893	1 308	10 704	(-) 31 207	128 698
1.4.2	Demais	164 416	50 891	26 575	0	241 881
2M	Despesa (2+3.1)	2 907 576	947 024	723 335	(-) 788 472	3 789 463
2	Gasto	2 928 261	959 693	705 801	(-) 788 472	3 805 283
2.1	Remuneração de empregados	302 045	342 499	335 512	0	980 056
2.2	Uso de bens e serviços	62 651	118 670	210 733	0	392 054
2.3	Consumo de capital fixo	37 740	42 391	41 823	0	121 954
2.4	Juros	423 750	36 345	5 006	(-) 31 207	433 894
2.5	Subsídios	11 286	1 457	929	0	13 671
2.6	Transferências / Doações	586 370	170 492	4 416	(-) 757 265	4 012
2.7	Benefícios previdenciários e assistenciais	1 470 293	208 558	61 287	0	1 740 138
2.8	Outros gastos	34 127	39 282	46 094	0	119 503
3.1	Investimento líquido	(-) 20 685	(-) 12 669	17 535	0	(-) 15 820
3.1.1	Ativos fixos	(-) 14 591	(-) 12 850	16 836	0	(-) 10 605
3.1.2	Estoques	467	180	699	0	1 347
3.1.3	Objetos de valor	31	0	0	0	31
3.1.4	Ativos não produzidos	(-) 6 593	0	0	0	(-) 6 593
	Capacidade (+)/Necessidade(-) líquida de financiamento (1-2M)	(-) 951 303	18 747	29 515	0	(-) 903 041
	Capacidade (+)/Necessidade(-) líquida de financiamento primária ((1-1411)-(2M-24))	(-) 675 447	53 784	23 817	0	(-) 597 845

Fontes: 1. Ministério da Economia, Secretaria do Tesouro Nacional. 2. IBGE. 3. Banco Central do Brasil.

Nota: Informações metodológicas estão disponíveis nas **Notas técnicas** desta publicação.

Para além dos impostos e contribuições sociais, outras fontes com peso significativo na composição das receitas totais tiveram influência na sua redução, dentre as quais se destacam as rendas patrimoniais, que tiveram queda de 43,2% no período. Esse resultado se deveu, em grande parte, ao decréscimo das receitas com juros (-28,2%), à redução da arrecadação de dividendos (-56,1%) e à arrecadação das concessões de ativos não produzidos (-58,2%). Essas reduções se associam a eventos ocorridos em 2019 que não se repetiram em 2020, como as receitas do leilão de excedente de cessão onerosa de petróleo e ampliação da distribuição de dividendos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES naquele ano.

Pelo lado dos gastos, nas Estatísticas de Finanças Públicas, alguns dos seus principais componentes apresentaram elevação, contribuindo para o aumento da necessidade de financiamento Líquida. As remunerações, embora tenham desacelerado em relação ao ano anterior, mantiveram elevação (1,7%), afetadas, principalmente, pela esfera municipal, e as despesas com bens e serviços também apresentaram crescimento (2,6%). No sentido contrário, as despesas com juros e com subsídios caíram 17,6% e 25,3%, respectivamente. A categoria que teve maior impacto sobre o volume total de gastos foram os benefícios sociais totais, que registraram crescimento de 30,8%, uma vez que concentraram parte expressiva dos recursos destinados ao enfrentamento da crise da pandemia.

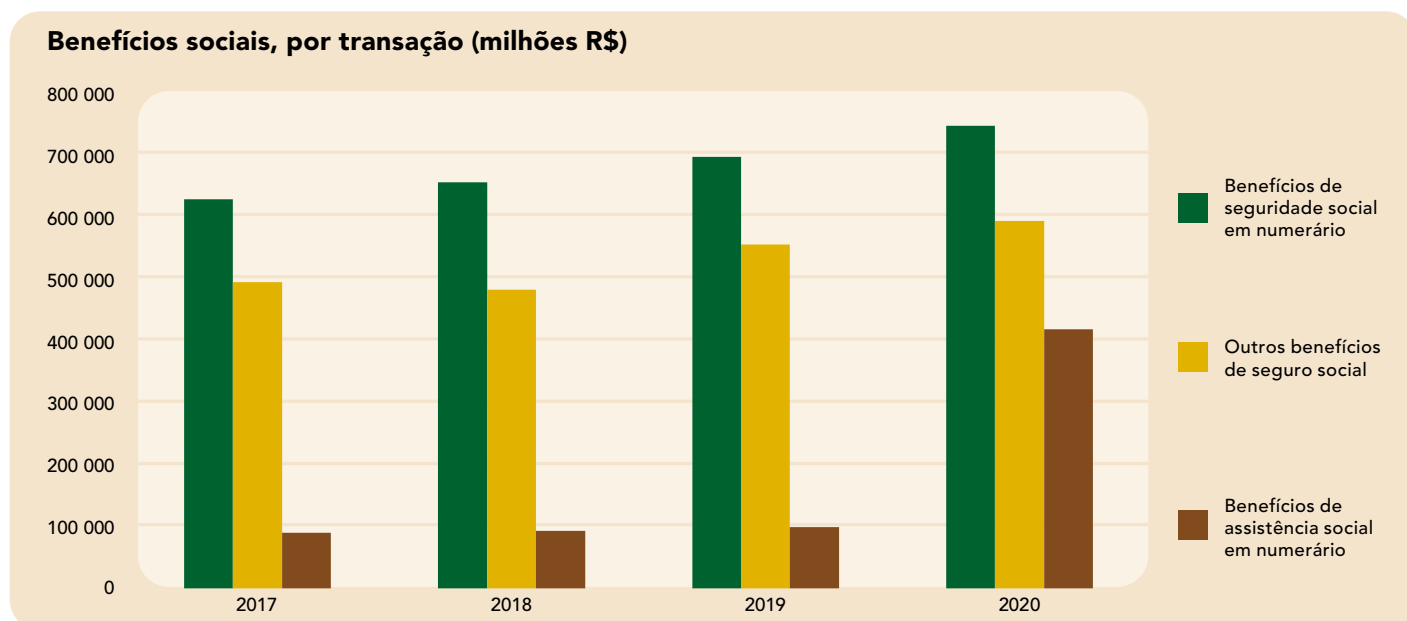
Dentre as medidas adotadas, se destacam: 1) auxílio emergencial a pessoas em situação de vulnerabilidade (Lei n. 13.982, de 02.04.2020, que estabeleceu medidas excepcionais de proteção social durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública); 2) Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (Medida Provisória n. 936 de 01.04.2020, posteriormente convertida na Lei nº 14.020 de 06.07.2020, que previa o pagamento de benefício no caso de suspensão temporária do contrato de trabalho

ou redução proporcional de jornada de trabalho e de salário); 3) concessão de financiamento para pagamentos de folha salarial, por meio do Programa Emergencial de Suporte a Empregos (Medida Provisória nº 944, posteriormente convertida na Lei nº 14.043, de 19.08.2020); e 4) liberação de cotas do Fundo Garantidor de Operações - FGO destinadas a linhas de crédito a micro e pequenas empresas, por meio do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - PRONAMPE (Lei n. 13.999, de 18.05.2020).

Os dois primeiros instrumentos, o auxílio emergencial e o benefício para manutenção do emprego e de renda, tiveram impacto significativo sobre os benefícios sociais em geral. Em particular, a categoria dos benefícios de assistência social da classificação da Conta Intermediária de Governo, registrou crescimento de 324,2%, passando de R\$ 97,8 bilhões, em 2019, para cerca de R\$ 415 bilhões em 2020. Os benefícios da seguridade social, que englobam, principalmente, os benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, apresentaram um crescimento de 7,2%, enquanto os outros benefícios de seguro social foram elevados em 6,9%.

Essa última categoria, que incorpora os saques do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, apresentou crescimento mesmo depois da introdução de novas modalidades de saque (como o saque-aniversário) em 2019, também relacionado às medidas de combate à crise. A publicação da Medida Provisória n. 946, de 07.04.2020 autorizou a liberação de recursos da conta vinculada, no valor de R\$ 1 045,00 por trabalhador, para saque emergencial no período de 15.06.2020 a 31.12.2020. Com essa mesma Medida Provisória, o FGTS passou a incorporar o patrimônio do Fundo PIS/PASEP e os saldos das contas vinculadas individualizadas de origem do PIS/PASEP passaram a ser disponibilizados pelo FGTS.

A formação bruta de capital fixo, captada na Conta Intermediária de Governo, que segue as orientações do SNA 2008, reverteu

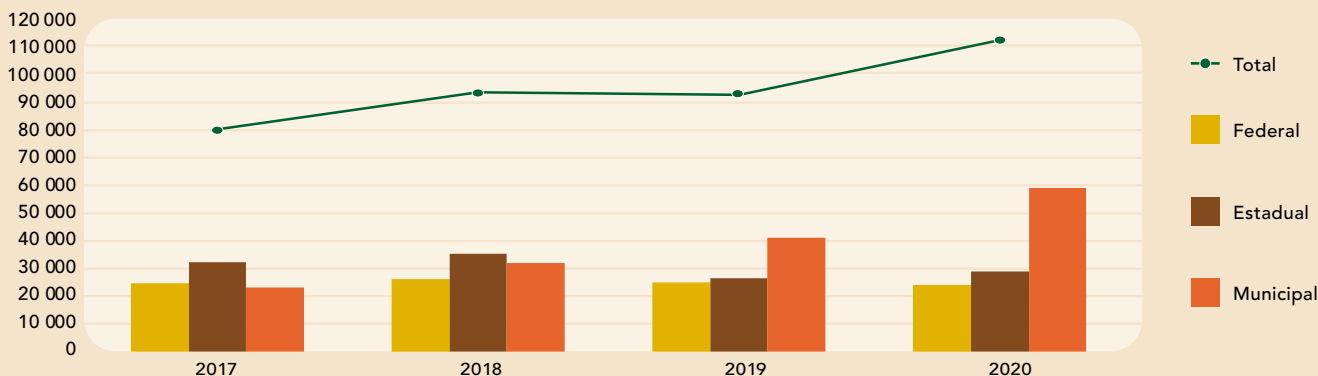


Fontes: 1. Ministério da Economia, Secretaria do Tesouro Nacional. 2. IBGE.

a queda observada em 2019 em seu valor total, e passou de cerca de R\$ 92,9 bilhões para R\$ 112,6 bilhões, um crescimento de 21,3%. Os governos municipais aceleraram os investimentos que, no ano anterior, já haviam registrado elevação de 28,3% e ampliaram esse crescimento para 44,3% em 2020. Na mesma direção, os gover-

nos estaduais apresentaram elevação de 8,6%, em contraste com a queda 24,8% observada no exercício anterior. Em contraposição aos demais níveis, o governo federal voltou a registrar queda nos investimentos em 2020, que foram reduzidos em 3%, frente a uma queda de 5% em 2019.

Formação bruta de capital fixo, total e por esfera de governo (milhões R\$)

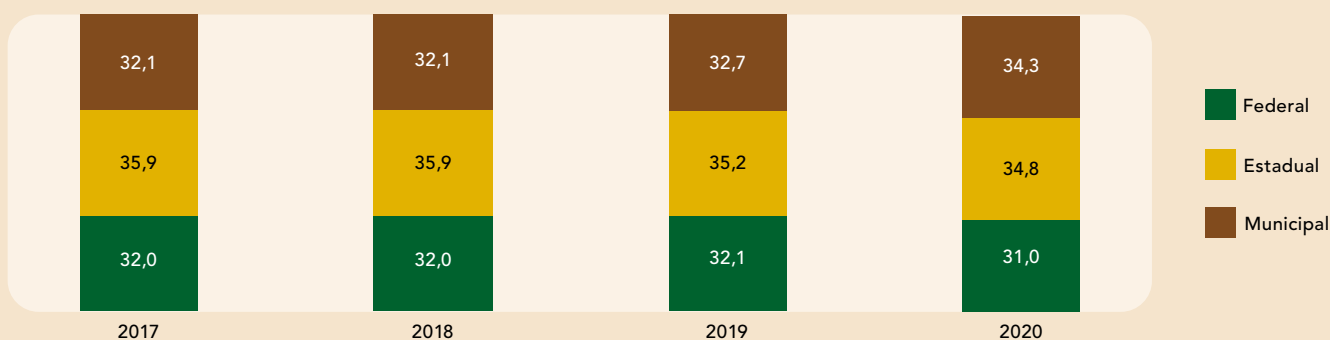


Fontes: 1. Ministério da Economia, Secretaria do Tesouro Nacional. 2. IBGE. 3. Banco Central do Brasil.

O valor adicionado do governo geral, medido como uma primeira aproximação a partir da Conta Intermediária de Governo, permite uma avaliação da sua contribuição para o cálculo do Produto Interno Bruto - PIB pela ótica da oferta no SCN e sua composição entre as esferas de governo. Em 2020, o valor adicionado do governo registrado na Conta Intermediária de Governo foi de R\$ 1098,1 bilhão, com um crescimento de 2,7% frente ao ano de 2019. Essa variação foi positiva

nas esferas subnacionais, porém mais intensa nos governos municipais (7,7%) e mais baixa nos governos estaduais (1,3%). O governo federal registrou queda de 0,8%, reduzindo a elevação global do agregado do setor governo. Com esse comportamento, a esfera federal perdeu 1,1 ponto percentual de participação no total do valor adicionado do setor, passando de 32,1% para 31,0%, enquanto os governos municipais elevaram em 1,6 ponto percentual de participação. ■

Participação das esferas de governo no Valor Adicionado Bruto do Governo Geral (%)



Fontes: 1. Ministério da Economia, Secretaria do Tesouro Nacional. 2. IBGE. 3. Banco Central do Brasil.

Expediente

Elaboração do texto
Diretoria de Pesquisas,
Coordenação de Contas
Nacionais

Normalização textual
Centro de Documentação e
Disseminação de Informações,
Gerência de Documentação

Projeto gráfico

Centro de Documentação
e Disseminação de Informações,
Gerência de Editoração

Imagens fotográficas
Pixabay

Impressão
Centro de Documentação e
Disseminação de Informações,
Gráfica Digital

Se o assunto é Brasil,
procure o IBGE.



/ibgecomunica



/ibgeoficial



/ibgeoficial



/ibgeoficial

www.ibge.gov.br 0800-721-8181

(21) 97385-8685



IBGE

Links



Tabelas de resultados, notas técnicas e demais informações sobre a pesquisa

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9083-estatisticas-de-financas-publicas-e-conta-intermediaria-de-governo.html>